



TEIXEIRA ZANIN MARTINS  
ADVOGADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES, DD.  
RELATOR DO *HABEAS CORPUS* N.º 164.493/PR NO SUPREMO TRIBUNAL  
FEDERAL.**

**Ref.:** Necessária extensão da ordem de *habeas corpus* aos Casos “*Imóvel para o Instituto Lula*” (Ação Penal n.º 5063130-17.2016.4.04.7000/PR) e “*Sítio de Atibaia*” (Ação Penal n.º 5021365-32.2017.4.04.7000/PR). Constatada a identidade de situações jurídicas, nos termos do art. 580 c/c o art. 654, §2º., ambos do Código de Processo Penal, torna-se imperiosa a extensão da ordem de *habeas corpus* às demais acusações lançadas contra o **Paciente** que estiveram sob a condução enviesada de SÉRGIO FERNANDO MORO, decretando-se, por conseguinte, a  nulidade de  todos os atos pré-processuais e processuais perpetrados em tais feitos.

**CRISTIANO ZANIN MARTINS e OUTROS**, já qualificados nos autos em epígrafe, em que figura como Paciente o ex-Presidente da República **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que se segue:

1. Conforme é público e notório, em sessão realizada na data do dia **23.03.2021**, no âmbito dessa Colenda **2ª. Turma**, foi concluído o julgamento do *habeas corpus* n.º **164.493/PR** (ref.: *suspeição do ex-juiz SÉRGIO MORO*), oportunidade em que foi concedida a ordem nos termos do r. voto condutor do e. Min. GILMAR MENDES — que foi designado redator do acórdão e substituiu a relatoria do feito na forma regimental (RISTF, art. 38, II).

2. Naquela assentada, como se pode depreender da certidão de julgamento, a Turma Julgadora, por maioria de votos, decidiu conhecer do *habeas corpus*. No mérito, a Turma, também por maioria de votos, concedeu a ordem de

São Paulo  
R. Pe. João Manuel, 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: +55 11 3060-3310  
Fax: +55 11 3061-2323

Brasília  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Cj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: +55 61 3326-9905



TEIXEIRA ZANIN MARTINS  
ADVOCADOS

*habeas corpus*, determinando a anulação de todos os atos decisórios praticados pelo magistrado no âmbito da **Ação Penal n.º 5046512-94.2016.4.04.7000/PR** (Caso “*triplex no Guarujá*”), incluindo os atos praticados na fase pré-processual, nos termos do voto do e. Ministro Relator GILMAR MENDES, redator para acórdão, vencidos os Ministros EDSON FACHIN e NUNES MARQUES. Confira-se o andamento processual:

23/03/2021	Substituição do Relator, art. 38, II, do RISTF MIN. GILMAR MENDES	
23/03/2021	Concedida a ordem	<a href="#">↓ Decisão de julgamento</a>
2ª TURMA	Decisão: Após a apresentação de voto-vista do Ministro Nunes Marques e da retificação de voto da Ministra Cármen Lúcia, a Turma, por maioria, decidiu conhecer do habeas corpus, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator) e Nunes Marques que dele não conheciam. No mérito, a Turma, por maioria, concedeu a ordem em habeas corpus, determinando a anulação de todos os atos decisórios praticados pelo magistrado no âmbito da Ação Penal n. 5046512-94.2016.4.04.7000/PR, incluindo os atos praticados na fase pré-processual, nos termos do voto do Ministro Gilmar Mendes, redator para acórdão, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator) e Nunes Marques. Por maioria, a Turma rejeitou a proposta de condenação do juiz excepto ao pagamento das custas processuais, na forma do art. 101 do Código de Processo Penal, vencidos, nesse ponto, os Ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski. Presente à sessão pelo paciente o Dr. Cristiano Zanin Martins. Presidência do Ministro Gilmar Mendes. 2ª Turma, 23.3.202	

3. Pois bem, como bem se extrai da prova pré-constituída carreada aos autos deste *writ* e que levaram esse órgão Colegiado a **concluir** pela suspeição, o ex-juiz federal SÉRGIO FERNANDO MORO fez dos processos movidos contra o **Paciente**, **indistintamente**, palco de promoção de toda sorte de ilegalidade – desde a fase pré-processual.

4. Com efeito, a espetacular condução coercitiva do aqui **Paciente**, em **04.03.2016**, foi determinada no bojo de investigação comum às 03 (três) ações penais que se **sucederam** sob a condução do ex-juiz federal SERGIO MORO (Autos n.º 5007401-06.2016.4.04.7000/PR)<sup>1</sup>. Da mesma forma, a devassa telefônica do **Paciente**, seus familiares, colaboradores e — até mesmo — de seus advogados constituídos, ocorreu nessa fase pré-processual e comum aos 03 (três) processos (Autos n.º 5006205-

<sup>1</sup> Doc. 01 – a inicial da cautelar faz expressa referência ao apartamento litorâneo em Guarujá/SP, a unidade rural em Atibaia/SP e a suposta relação do Instituto Lula com empreiteiras.

São Paulo  
R. Pe. João Manuel, 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: +55 11 3060-3310  
Fax: +55 11 3061-2323

Brasília  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Cj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: +55 61 3326-9905



TEIXEIRA ZANIN MARTINS  
ADVOGADOS

98.2016.4.04.7000/PR)<sup>2</sup>. Esses atos processuais foram expressamente citados como — parte dos — fundamentos expostos nos rr. votos proferidos para o reconhecimento da suspeição do ex-juiz federal SERGIO MORO.

5. Também o levantamento, ilegal e de ofício, de parte da delação premiada de ANTÔNIO PALOCCI FILHO, **ocorrida na Ação Penal n.º 5063130-17.2016.4.04.7000/PR (Caso “Imóveis para o Instituto Lula”)** — na última semana antes do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018 e para interferir o cenário eleitoral do país —, foi reconhecida como fundamento da quebra da imparcialidade do ex-magistrado.

6. Dessa forma, em que pese a ordem concedida faça referência à **Ação Penal n.º 5046512-94.2016.4.04.7000/PR** (Caso “triplex no Guarujá”), não se pode tergiversar para o fato de que, **contemporaneamente**, o ex-juiz federal SÉRGIO FERNANDO MORO conduziu outros dois processos (Ação Penal n.º 5021365-32.2017.4.04.7000/PR - Caso “Sítio de Atibaia”; e Ação Penal n.º 5063130-17.2016.4.04.7000/PR – Caso “Imóvel para o Instituto Lula”) promovidos pela extinta “força-tarefa da lava jato” contra o aqui **Paciente**. E que a **suspeição** já reconhecida pela Colenda 2ª. Turma Julgadora também repercutiu — de forma determinante — nessas outras 02 (duas) ações penais.

7. Para uma melhor visualização de condução parcial simultânea e indistinta, confira-se a seguinte linha do tempo:

<sup>2</sup> Doc. 02 - a inicial da cautelar faz expressa referência ao apartamento litorâneo em Guarujá/SP, a unidade rural em Atibaia/SP e a suposta relação do Instituto Lula com empreiteiras.

**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel, 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: +55 11 3060-3310  
Fax: +55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Cj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: +55 61 3326-9905



TEIXEIRA ZANIN MARTINS  
ADVOGADOS

## LINHA DO TEMPO - UM OLHAR RETROSPECTIVO DA SUSPEIÇÃO DO EX- JUIZ SÉRGIO FERNANDO MORO.

11.2015 - Termo inicial das investigações contra o Paciente (casos Triplex, Sítio de Atibaia, Instituto Lula e Palestras).

22.02.2016 - Início da interceptação telefônica do ramal-tronco do escritório de advocacia da defesa do Paciente.

26.02.2016 - Primeiro aviso da empresa de telefonia sobre a interceptação telefônica do escritório de advocacia da defesa do Paciente.

04.03.2016 - Condução coercitiva do Paciente.

11.03.2016 - Segundo aviso da empresa de telefonia sobre a interceptação telefônica do escritório de advocacia da defesa do Paciente.

13.03.2016 - O ex-juiz Sérgio Moro emite nota pública à imprensa, por ocasião da realização de manifestações políticas em todo o país.



TEIXEIRA ZANIN MARTINS

### São Paulo

R. Pe. João Manuel, 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: +55 11 3060-3310  
Fax: +55 11 3061-2323

### Brasília

SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Cj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: +55 61 3326-9905

[www.tzmadvogados.com.br](http://www.tzmadvogados.com.br)



TEIXEIRA ZANIN MARTINS  
ADVOGADOS

16.03.2016 - Manhã: Lula é anunciado oficialmente como Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

16.03.2016 - Término da interceptação telefônica do ramal-tronco do escritório de advocacia da defesa do Paciente.

16.03.2016 - Tarde: Levantamento do sigilo das interceptações telefônicas do Paciente com seus familiares, advogados, a ex-Presidente da República e terceiros.

07.2016 - Formalização de comunicado perante o Comitê de Direitos Humanos da ONU.

14.09.2016 - Denúncia do caso "Triplex".

14.12.2016 - Denúncia do caso "Instituto Lula".

27.01.2017 - Impetração do habeas corpus de suspeição no TRF4.

22.05.2017 - Denúncia do caso "Sítio de Atibaia".



TEIXEIRA ZANIN MARTINS

**São Paulo**

R. Pe. João Manuel, 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: +55 11 3060-3310  
Fax: +55 11 3061-2323

**Brasília**

SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Cj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: +55 61 3326-9905

[www.tzmadvogados.com.br](http://www.tzmadvogados.com.br)



TEIXEIRA ZANIN MARTINS  
ADVOGADOS

09.05.2017 - Impetração do habeas corpus de suspeição no STJ.

12.07.2017 - Sentença condenatória no caso "Triplex".

24.01.2018 - Acórdão condenatório no caso "Triplex".

07.04.2018 - Prisão do paciente.

22.05.2018 - Primeira liminar do Comitê de Direitos Humanos da ONU.

08.07.2018 - Atuação do ex-Juiz Sérgio Moro, durante o gozo de férias e sobre processo estanho à sua jurisdição, para impedir o cumprimento da ordem de habeas corpus concedida pelo e. Des. Federal Rogério Favreto.

15.08.2018 - O ex-juiz Sérgio Moro profere decisão nos autos do caso "Sítio de Atibaia" redesignando os interrogatórios dos acusados, a fim de "evitar a exploração eleitoral".

17.08.2018 - Segunda liminar do Comitê de Direitos Humanos da ONU.



TEIXEIRA ZANIN MARTINS

**São Paulo**

R. Pe. João Manuel, 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: +55 11 3060-3310  
Fax: +55 11 3061-2323

**Brasília**

SAS Quadra I Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Cj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: +55 61 3326-9905

[www.tzmadvogados.com.br](http://www.tzmadvogados.com.br)



TEIXEIRA ZANIN MARTINS  
ADVOGADOS

11.09.2018 - Lula tinha a liderança absoluta em todas as pesquisas de opinião para as eleições presidenciais.

01.10.2018 - O ex-juiz Sérgio Moro, de ofício, determina o levantamento do sigilo de parte da delação premiada do Antônio Palocci Filho, nos autos do caso "Instituto Lula".

07.10.2018 - 1º turno das eleições Presidenciais.

28.10.2018 - 2º turno das eleições Presidenciais.

29.10.2018 - O ex-juiz Sérgio Moro emite nota pública com "congratulações" ao Presidente eleito.

29.10.2018 - O Presidente eleito convida o ex-juiz Sérgio Moro para assumir o cargo de Ministro da Justiça.

01.11.2018 - Após encontro pessoal com o Presidente eleito, o ex-juiz Sérgio Moro anuncia oficialmente que aceitou o cargo de Ministro da Justiça.

01.11.2018 - Impetração do presente habeas corpus de suspeição no STF.



TEIXEIRA ZANIN MARTINS

**São Paulo**

R. Pe. João Manuel, 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: +55 11 3060-3310  
Fax: +55 11 3061-2323

**Brasília**

SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Cj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: +55 61 3326-9905

[www.tzmadvogados.com.br](http://www.tzmadvogados.com.br)



TEIXEIRA ZANIN MARTINS  
ADVOGADOS

8. Como se vê, mostra-se **impossível** dissociar-se a suspeição do ex-juiz federal SERGIO MORO — já reconhecida por essa Col. 2ª. Turma desse Supremo Tribunal Federal —, das outras 02 (duas) ações penais que tramitaram **contemporaneamente** em desfavor do aqui **Paciente** e que também foram **presididas** pelo então magistrado, como exposto na peça vestibular.

9. Até porque, da mesma forma que a Col. 2ª. Turma **ressalvou** no julgamento concluído no dia **23.03.2021** que a suspeição reconhecida nestes autos é específica para o caso do aqui **Paciente**, também emerge dos rr. votos vencedores que a **constatação** da **quebra da imparcialidade** deu-se justamente em virtude da visão e do comportamento do ex-juiz SERGIO MORO em relação ao aqui **Paciente**.

10. Assim, para **além** da mácula ao famigerado Caso “*Triplex no Guarujá*” (Ação Penal n.º 5046512-94.2016.4.04.7000/PR), há que se reconhecer desde logo a também patente **contaminação** do Caso “*Sítio de Atibaia*” (Ação Penal n.º 5021365-32.2017.4.04.7000/PR), bem como no Caso “*Imóveis para o Instituto Lula*” (Ação Penal n.º 5063130-17.2016.4.04.7000/PR) — até porque atos relevantes desses processos foram proferidos **simultaneamente** pelo ex-juiz SÉRGIO FERNANDO MORO, cuja suspeição já foi reconhecida nestes autos. **HÁ, INEQUIVOCAMENTE, IDENTIDADE — OBJETIVA E SUBJETIVA — DE SITUAÇÃO JURÍDICA NAS 03 (TRÊS) AÇÕES PENAIS A JUSTIFICAR A EXTENSÃO DA ORDEM DE HABEAS CORPUS.**

11. Essas 03 (três) ações penais foram conduzidas de forma **parcial** pelo ex-juiz federal SERGIO MORO na fase pré-processual — oportunidade em que foi determinada a espetaculosa condução coercitiva do aqui **Paciente**, e quando até mesmo a Defesa Técnica do aqui **Paciente** foi monitorada — e essa parcialidade se manteve nos atos processuais realizados de forma **contemporânea**, como já amplamente debatido

São Paulo  
R. Pe. João Manuel, 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: +55 11 3060-3310  
Fax: +55 11 3061-2323

Brasília  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Cj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: +55 61 3326-9905





TEIXEIRA ZANIN MARTINS  
ADVOGADOS

nestes autos e reconhecido, por maioria de votos, pela Col. 2ª. Turma. Outrossim, o aqui **Paciente**, que já obteve a ordem de *habeas corpus* para reconhecer a suspeição do ex-juiz federal SERGIO MORO na **Ação Penal n. 5046512-94.2016.4.04.7000/PR** (Caso “*triplex no Guarujá*”), também figura como acusado nas outras duas ações penais acima referidas.

12. Registre-se, por relevante, que além de expressa previsão legal (CPP, art. 580 c.c. o art. 654, §2º) assoalhando o pedido de extensão formulado, há diversos **precedentes** desse Supremo Tribunal Federal admitindo a extensão de decisão favorável ao acusado em favor de terceiros em igual situação jurídica, diante da necessidade de “**tornar efetiva a garantia da equidade**”, como bem ponderou o e. Ministro CELSO DE MELLO (STF, HC 107.225 AGR, 2ª. TURMA, julgamento 22.02.2011, publicação em 10.10.2011). No mesmo sentido há julgados dos órgãos fracionários deste Pretório Excelso e também do Tribunal Pleno, como se verifica, exemplificativamente, a seguir: HC 103.171, 1ª. Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 29.11.2011; HC 139,193, Extn-segunda, Rel. Ministra Cármen Lúcia, j. 15.12.2015; HC 74.113, Rel. Ministro Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, j. 28.06.1996. Ora, se é possível a extensão de decisão favorável a terceiros na mesma situação jurídica, conforme iterada jurisprudência dessa Suprema Corte, o que dizer em relação ao mesmo acusado, de atos contemporâneos realizados por juiz que teve a quebra da imparcialidade já reconhecida por julgamento colegiado? Evidente o cabimento e a necessidade da medida.

13. Assim, constatada a identidade de situações jurídicas, nos termos do art. 580 c/c o art. 654, §2º, ambos do Código de Processo Penal, requer-se, na forma delegada pelo art. 192, do RISTF, a **extensão** do quanto decidido no *habeas corpus* n.º. **164.493/PR** para as outras 02 (duas) ações penais envolvendo o aqui **Paciente** que estiveram sob a condução parcial do mesmo ex-juiz federal SÉRGIO FERNANDO MORO (Ação Penal n.º 5063130-17.2016.4.04.7000/PR e Ação Penal n.º 5021365-

São Paulo  
R. Pe. João Manuel, 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: +55 11 3060-3310  
Fax: +55 11 3061-2323

Brasília  
SAS Quadra I Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Cj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: +55 61 3326-9905

[www.tzmadvogados.com.br](http://www.tzmadvogados.com.br)



TEIXEIRA ZANIN MARTINS  
ADVOGADOS

32.2017.4.04.7000/PR) — decretando-se, por conseguinte, a *nulidade* de todos os atos pré-processuais e processuais perpetrados em tais feitos.

Termos em que,

Pedem deferimento.

De São Paulo (SP) para Brasília (DF), 01 de abril de 2021.

**CRISTIANO ZANIN MARTINS**  
**OAB/SP 172.730**

**VALESKA TEIXEIRA MARTINS**  
**OAB/SP 153.720**

**MARIA DE LOURDES LOPES**  
**OAB/SP 77.513**

**ELIAKIN TATSUO Y. P. DOS SANTOS**  
**OAB/SP 386.266**

Impresso por: 073.733.574-23 HC 164293  
Em: 02/04/2021 - 15:15:09

**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel, 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: +55 11 3060-3310  
Fax: +55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Cj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: +55 61 3326-9905

[www.tzmadvogados.com.br](http://www.tzmadvogados.com.br)